



LUTA CONTRA TERCEIRIZAÇÕES GANHA FORÇA E SE ESPALHA PELO PAÍS

Mobilização iniciada pelos três sindicatos de petroleiros de São Paulo conseguiu barrar licitação e ganhou a adesão de petroleiros da Bahia, Minas Gerais e Paraná **PÁGINAS 4 E 5**

ENTREVISTA

O professor de Direito Econômico da USP, Gilberto Bercovici, defende em entrevista exclusiva que não há obstáculos jurídicos para as nacionalizações e reestatizações, mas pondera que elas só se concretizarão com forte organização e mobilização popular **PÁGINA 3**

RETROCESSO

Aprovada na Câmara dos Deputados no último mês, a PEC 32, mais conhecida como Reforma Administrativa, não coloca em risco apenas a estabilidade dos servidores públicos, como também acentua a desigualdade brasileira ao precarizar os instrumentos estatais **PÁGINA 6**

LUTA

Representantes das duas federações de petroleiros defendem que os preços dos combustíveis podem unificar e massificar as mobilizações nacionais por terem um efeito multiplicador em todos os outros produtos, agravando ainda mais a crise econômica e social **PÁGINA 7**



Foto: xxx

RESISTIR PARA AVANÇAR

Essa edição conjunta dos sindicatos de petroleiros do estado de São Paulo, a segunda desde o início da caravana contra a terceirização e privatização, tem o que lamentar e o que comemorar.

Lamentamos o avanço da política de desmonte, com o anúncio do início da privatização da Reman, no Amazonas, e o anúncio da transferência de titularidade da Rlam, na Bahia.

Por outro lado, comemoramos que a caravana conseguiu engrossar seu caldo com a entrada dos Sindipetros de Minas Gerais, Bahia e Paraná, incorporando movimentos conjuntos.

Na visão de quem não tem costume de acompanhar a política e a história, essas mobilizações podem parecer ineficazes, visto que a privatária não para de avançar.

Entretanto, para aqueles que olham a história com mais cuidado e esperança sabem que a luta se faz a longo prazo, gerando acúmulo de força, e é justamente essa a estratégia da categoria petroleira neste momento.

Enquanto acumulamos força, vemos um governo que se enfraquece cada vez mais. Ainda é necessário cautela, mas com a esperança de uma virada histórica que se faz necessária.

Seguiremos somando forças e essa edição é um registro histórico disso, para as próximas gerações de trabalhadores entenderem como construímos uma nova etapa de desenvolvimento nacional.



Entregadores de aplicativos protestam na paralisação que foi chamada de "Breque dos Apps", em julho de 2020

REVOLUÇÃO 4.0: TÉCNICA, ECONÔMICA E POLÍTICA

Por Carlos Salazar*

Olhando para a História, toda revolução técnica vem, em geral, acompanhada de transformações econômicas no mundo da produção, das classes sociais e na distribuição da riqueza. A primeira revolução industrial, por exemplo, produziu mudanças na economia que expulsaram o grosso da mão de obra do campo, que foi incorporado na indústria. E, na política, burgueses cortaram a cabeça de nobres em frente aos seus palácios.

As transformações que agora vivemos alteraram o comando da produção a gestão financeira passou a preponderar sobre a sociedade. A racionalidade do contador e do economista se sobrepôs à racionalidade dos técnicos e dos engenheiros. No mundo ideal da finança vencem, sobre qualquer outro tipo de ética social, econômica ou ambiental, a governança e a gestão de metas que pretendem otimizar os indicadores adotados pelos gestores, os burocratas do mercado.

No mundo do trabalho, a capacidade de menos trabalhadores produzirem mais valor gera sobrecarga para quem está empregado e desemprego estrutural na outra ponta. Se enfraquece o potencial de negociação dos trabalhadores frente aos seus empregadores: pioram os salários, as condições de trabalho, a quali-

dade de transporte, da alimentação, diminui o acesso a bons serviços de saúde, educação, previdência e lazer.

Neste contexto, vieram a terceirização, a pejotização, os freelancers, os microempreendedores individuais - mecanismos de flexibilização dos direitos civis conquistados pelos trabalhadores nos últimos séculos. Ironicamente, os trabalhadores passaram a ser chamados de "colaboradores" por esses burocratas a quem importam muito pouco as diferenças reais entre a produção de querosene de aviação, de uma fábrica de sapatos ou picolés, tudo vira meta!

Estamos diante de uma das maiores revoluções tecnológicas e econômicas da sociedade, nunca foi tão poderosa a capacidade de deslocamento de mercadorias, informações e pessoas pelo globo. Nunca extraímos tantos minérios, nem produzimos tantas catástrofes ambientais. Nunca tivemos tantos bilionários, nem tantos miseráveis. Nem nunca fomos capazes de produzir tanto com custos decrescentes. Os problemas da superprodução e da má distribuição da riqueza não são técnicos, são políticos. Resta saber qual solução política encontraremos hoje para aquilo que já foi resolvido com machado e guilhotina.

***Carlos Salazar é doutorando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).**

► // CHARGE





Bercovici lançou recentemente um livro sobre o tema

“A QUESTÃO NÃO É SE AS NACIONALIZAÇÕES OCORRERÃO, MAS QUANDO”, AFIRMA BERCOVICI

Em entrevista exclusiva ao Sindipetro-SP, o professor de Direito Econômico da USP aponta que não há qualquer obstáculo jurídico nas nacionalizações e reestatizações, mas pondera: “elas dependem de forte apoio popular”

Por Guilherme Weimann

Na tradição privatista liberal, o direito à propriedade é inviolável. Mais do que isso, é considerado imanente, ou seja, possui em si próprio o seu princípio e o seu fim. É justamente esse lugar-comum que o professor titular de Direito Econômico e Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Gilberto Bercovici, tenta desconstruir.

Coautor do livro recém lançado “Nacionalização: necessidade e possibilidades”, escrito em parceria com o professor de Direito do Comércio Internacional da USP, José Augusto Fontoura Costa, Bercovici defende que o caráter da propriedade é funcional, mas não natural – e, justamente por isso, pode retornar ao controle público se necessário.

Neste sentido, o pesquisador aponta que não existe nenhum empecilho jurídico, nacional ou internacional, para a realização de nacionalizações ou reestatizações de propriedades que sejam do interesse do conjunto da população.

Em artigo publicado no ano passado, o professor resgatou uma metáfora, criada pelo jurista italiano Ugo Mattei, que compara o processo de privatização conduzido pelo governo, com

o objetivo de fazer frente às suas necessidades conjunturais – inclusive eleitorais, a uma autorização para que o zelador venda a prataria familiar com o objetivo de suprir seus interesses particulares.

Na versão brasileira contemporânea, em que se avolumam privatizações de ativos por valores muito abaixo da cotação do mercado, o exemplo ganharia um caráter ainda mais surreal. “No nosso caso, o ‘zelador’ não só vende o que não lhe pertence, como vende abaixo do preço, em um grande acordo entre amigos”, aponta.

Neste cenário, Bercovici coloca as nacionalizações ou reestatizações como pré-condições para recuperação econômica e social do país. “A questão não é se as nacionalizações ocorrerão, mas quando. Elas são condição necessária para a retomada do desenvolvimento do país. Obviamente, para tanto, elas dependem de forte apoio popular para que os políticos possam efetivá-las”, pondera.

E, caso elas realmente se concretizem, o acadêmico garante que não haverá nenhuma retaliação internacional como, muitas vezes, coloca-se como principal argumento de analis-

tas ao comentar esses temas. Para justificar essa previsão, ele elenca exemplos históricos como a nacionalização, em 2012, da petrolífera YPF, pertencente até então à empresa espanhola Repsol.

“Quando ocorrerem as nacionalizações, não se preocupem, não haverá desembarque de tropas americanas, europeias ou chinesas em qualquer parte do território nacional. O que haverá, será a grita da grande imprensa corporativa que defende os interesses econômicos do grande capital”, opina.

Para ler a entrevista na íntegra, acesse:





Mobilizações unificadas em frente às quatro refinarias da Petrobrás no estado de São Paulo reivindicaram o fim da terceirização e privatização da estatal //

CARAVANA UNIFICADA TEM SALDO POSITIVO CONTRA TERCEIRIZAÇÕES EM SÃO PAULO

Com duração de pouco mais de um mês, atos nas três refinarias da Petrobrás no estado de São Paulo motivaram bases de outras regiões e interromperam, temporariamente, o processo de terceirização na estatal

Por Andreza de Oliveira

Na luta contra a terceirização no Sistema Petrobrás no estado de São Paulo, os sindicatos de petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), São José dos Campos e Região (Sindipetro-SJC e Região) e Unificado de São Paulo (Sindipetro-SP) se uniram para reivindicar o fim das contratações precarizadas pela empresa.

Em pouco mais de um mês, a mobilização conjunta das três entidades foi capaz de estimular diversos petroleiros, inclusive em outros estados, como Bahia, Minas Gerais e Paraná.

A iniciativa começou a partir de uma licitação divulgada pela Petrobrás que terceirizava serviços nos setores de água e detritos de seis refinarias, dentre elas a Refinaria de Paulínia (Replan) e a Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão. O processo, apresentado em julho, transferia à iniciativa privada 109 vagas nas unidades de São Paulo.

Frente ao sucateamento, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) se uniu à Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) na defesa

dos interesses comuns da categoria. “Essa união foi importante para mostrar à categoria petroleira que a terceirização não é problema de só uma unidade”, afirma Adaedson Costa, petroleiro e diretor da FNP e do Sindipetro-LP.

ESSA UNIÃO FOI IMPORTANTE PARA MOSTRAR À CATEGORIA PETROLEIRA QUE A TERCEIRIZAÇÃO NÃO É PROBLEMA DE SÓ UMA UNIDADE

Após a realização de assembleias nas quatro refinarias de São Paulo, incluindo as que não entraram na licitação, como a Refinaria de Capuava (Recap), em Mauá, e a Refinaria Henrique Lage (Revap), em São José dos Campos, a caravana continuou em Minas

Gerais, em parceria com o Sindipetro-MG.

“Agora completamos cinco unidades, com a assembleia realizada no fim de setembro na Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Minas Gerais. Isso mostra que a categoria petroleira está vendo essa mobilização que tivemos com bons olhos, porque agora temos uma luta menos localizada e mais globalizada”, explica Costa.

Como ficou o processo aberto pela licitação?

As manifestações dos trabalhadores fez a empresa recuar, mas ainda sem nenhuma garantia formal. “Por conversa, suspenderam temporariamente as terceirizações, mas, como sabemos que nessa gestão muito do que é dito não é cumprido, não podemos confiar”, opina Costa.

De acordo com o sindicalista, após verificações nos sistemas da Replan e da RPBC, foi constatado que mesmo após o recuo informal da estatal, o processo de terceirização dos setores continua ativo no sistema das unidades.



Foto: Eric Gonçalves

Caravana unificada em São Paulo mobilizou petroleiros em outros estados, atos ocorrem em pelo menos mais três unidades da Petrobrás

PRÓXIMOS PASSOS: MOBILIZAR PARA NÃO TERCEIRIZAR

A próxima parada é no Paraná e, logo em seguida, nos terminais da Transpetro em São Paulo

Por Andreza de Oliveira

Após a pressão feita pelos sindicatos de São Paulo contra a Petrobrás pelo fim das terceirizações, os petroleiros do Sindipetro-MG também entraram na luta. No fim de setembro, os trabalhadores mineiros se uniram à caravana para lembrar que toda a categoria deve lutar contra a terceirização e privatização da empresa.

“Essa unidade dos sindicatos é importante para a defesa dos empregos, da segurança e do fortalecimento da categoria no cenário político”, pontua Auzélio Alves, petroleiro e dirigente do Sindipetro Unificado-SP. (Olho)

A parada seguinte da caravana aconteceu na primeira semana de outubro, na Bahia. “Os sindicatos se juntaram para caminhar juntos,

porque assim já mostramos à empresa que estamos nos movimentando”, completa Alves.

OS SINDICATOS SE JUNTARAM PARA CAMINHAR JUNTOS, PORQUE ASSIM JÁ MOSTRAMOS À EMPRESA QUE ESTAMOS NOS MOVIMENTANDO

Entre os dias 14 e 15, a caravana passará pelo Paraná, agregando os petroleiros do Sindipetro PR/SC, com trabalhadores da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar).

“Encaramos a terceirização irrestrita que

acontece na Petrobrás como um exemplo da precarização do trabalho que vai acontecer após as privatizações. Com as mobilizações queremos denunciar essa precarização que acontece em todo o país”, aponta Mario Dal Zot, petroleiro e diretor do Sindipetro PR/SC.

Para Rafael Prado, petroleiro e dirigente do Sindipetro-SJC e Região, a caravana foi capaz de transbordar a temática da terceirização, reforçando a importância da unidade da categoria em defesa da Petrobrás. “Essa primeira parte da mobilização representou uma grande vitória porque sinaliza a união dos petroleiros em defesa de uma Petrobrás para os brasileiros e brasileiras, mostrando que não estamos satisfeitos com essa gestão”, pontua.



Para especialista, aprovação da PEC 32 facilita terceirização de postos públicos de trabalho e acentua a desigualdade social

REFORMA ADMINISTRATIVA: QUEM PERDE É O BRASIL

Aprovada na Câmara no último mês, a PEC 32 não coloca em risco somente a estabilidade de servidores públicos, como também acentua a desigualdade brasileira

Por Andreza de Oliveira

No último dia 23 de setembro, em comissão especial realizada na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, também conhecida como Reforma Administrativa, foi aprovada com 28 votos favoráveis contra 13 contrários.

Para o funcionalismo público, a PEC 32 representa um retrocesso. O projeto ataca diretamente os servidores públicos e coloca em xeque a estabilidade e direito de diversos trabalhadores.

Com pouco mais de um ano desde o início da tramitação da proposta, a PEC já passou por sete mudanças diferentes na questão da jornada e remuneração – que ficou limitada a uma redução de 25% em períodos de crise fiscal –, na definição dos cargos exclusivos do Estado, nos concursos públicos, nas avaliações de desempenho, nas contratações temporárias e na estabilidade dos servidores públicos.

Mesmo com as modificações, segundo o economista e pesquisador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), Max Leno, o texto-base da PEC reduz a autonomia dos municípios e estados. “Causaria perda de autonomia por parte dos estados e municípios, podendo fragilizar o direito do cidadão ao serviço público, que

também poderá ser terceirizado”, afirma.

Como os petroleiros são afetados?

Antes mesmo da manutenção da PEC, a estabilidade dos trabalhadores concursados das estatais já estava posta em risco. “Fica nula a concessão de estabilidade no emprego ou de proteção contra despedidas para empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e das subsidiárias dessas empresas por meio de negociação coletiva ou individual”, explica Leno.

“É MAIS UM PASSO NA DIMINUIÇÃO DO ESTADO, O QUE VAI NA CONTRAMÃO DA NECESSIDADE DA POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE NESTE CONTEXTO DE PANDEMIA”

Além disso, a contratação simplificada, que ganha destaque com a PEC, exclui a segurança de alguns direitos como garantia do tempo de serviço, fundo de garantia, seguro contra acidente de trabalho, reconhecimento dos acordos coletivos de trabalho, dentre outros.

“A proposta de reforma administrativa ataca conquistas democráticas e pactos sociais construídos desde a redemocratização. Seus efeitos, portanto, estão relacionados ao aprofundamento das desigualdades sociais e ao esgarçamento do tecido social”, aponta o pesquisador.

Promovendo ainda mais a desigualdade social no Brasil, as consequências da aprovação da Reforma Administrativa, segundo o economista, serão sentidas não somente por funcionários públicos. “É mais um passo na diminuição do Estado, o que vai na contramão da necessidade da população, principalmente neste contexto de pandemia”.

Formas de mobilização

Para o especialista, ações promovidas de maneira pública, como a organização de shows e peças teatrais por entidades de defesa dos servidores, têm ajudado a popularizar e divulgar a campanha contra a PEC 32 e mobilizar a população para cobrar os parlamentares na Câmara.

“As entidades representativas dos servidores públicos aproveitam o intervalo entre a última votação e a avaliação da proposta pelo plenário para bombardear a medida, tendo em vista as características da PEC em se construir como mais uma iniciativa da agenda de Estado mínimo”, opina Leno



Protestos contra o atual governo ocorreram em mais de 300 municípios

PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS PODE UNIFICAR E MASSIFICAR LUTA, AVALIAM PETROLEIROS

Por Guilherme Weimann

Repúdios aos sucessivos aumentos dos combustíveis foram observadas em grande parte dos atos espalhados pelo país no último dia 2 de outubro

Aproximadamente 700 mil pessoas saíram às ruas em 300 municípios no dia 2 de outubro por “vacina no braço”, “comida no prato” e “fora Bolsonaro”. Essas são as pautas que, atualmente, tornaram-se consenso em um espectro político cada vez mais amplo.

Apesar disso, as reivindicações contrárias aos preços dos combustíveis estão cada vez mais presentes nas manifestações. A diretora do Sindicato Unificado dos Petroleiros do Estado de São Paulo (Sindipetro-SP), Cibele Vieira, chama atenção para o fato de que, implicitamente, os preços dos combustíveis impactam em praticamente todas as outras pautas que estão sendo colocadas por setores do campo progressista.

“Existe um efeito multiplicador quando se fala em política de preços dos combustíveis. Tudo está subindo, mas são justamente os reajustes dos combustíveis que refletem significativamente nos alimentos, por exemplo”, explica Vieira.

Os constantes reajustes são resultado da política de preços instaurada em outubro de 2016, há exatos cinco anos, logo após o impeachment de Dilma Rousseff. Desde então, o preço de paridade de importação (PPI) passou a atrelar os valores dos derivados oferecidos nas refinarias à cotação internacional do barril de petróleo, ao dólar e uma estimativa de custos logísticos gastos pelos importadores de combustíveis.

“A atual diretoria da Petrobrás está fazendo uma transferência de renda da população brasileira para os acionistas. E, na nossa opinião, a empresa deveria estar fazendo justamente o contrário”, afirma Vieira.

Entre 2019 e 2021, o preço praticado pela Petrobrás nas refinarias teve alta acumulada de 23,5% no diesel, 51% na gasolina e 85,4% no gás de cozinha. No mesmo período, a empresa distribuiu R\$ 56,5 bilhões aos acionistas, R\$ 41,9 bilhões apenas neste ano – grande parte desse valor foi destinado a investidores privados, já que a União, atualmente, detém somente 28,7% do capital social da companhia.

EXPANSÃO DA LUTA

Na avaliação do diretor do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro LP), Fábio Mello, o pano de fundo da atual política de preços é a privatização do parque de refino da Petrobrás.

“Se não fizermos a luta contra a venda das refinarias, esse nosso discurso de que é possível fornecer combustível a preço justo vai se esvaziar, porque nós não vamos mais ter uma empresa consolidada, integrada, espalhada estrategicamente pelo nosso território”, opina Mello.

Ambas as federações defendem que sem a ampliação da luta contra

o aumento dos combustíveis, barrar as vendas das refinarias se tornará cada vez mais difícil. O cenário, nesse sentido, parece ser promissor.

“Nós estamos dando aulas públicas para um segmento importantíssimo, que é o dos caminhoneiros. Grande parte deles já abandonou o bolsonarismo, principalmente por entenderem a responsabilidade do governo no preço dos combustíveis. Com essa pauta, nós podemos chegar a toda a sociedade”, sugere Mello.

LEGADO BOLSONARISTA

Por Odara Monteiro*, sob supervisão

GÁS PARA POUCOS

A Petrobrás destinará R\$300 milhões para um programa de auxílio à compra de gás de cozinha para famílias em situação de vulnerabilidade durante 15 meses. Além de não especificar os valores unitários do auxílio para cada família, tampouco a fonte dos recursos, o montante equivale a apenas 10% dos R\$3 bilhões que haviam sido anunciados por Bolsonaro em julho.



FOTO: Marcelo Camargo/Agência Brasil

SEM PREVISÃO DE MELHORA

Em meio à pior crise hídrica dos últimos 91 anos, o governo Bolsonaro suspendeu o Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), pasta que vigorava há pouco mais de quatro meses. O órgão era responsável por coordenar as atividades dos principais institutos da área em três ministérios e facilitar o monitoramento de queimadas e realizar as previsões do tempo.



FOTO: JOEL SILVA/FOTOARENA/ESTADÃO CONTEÚDO

ALTA DOS COMBUSTÍVEIS

Apenas neste ano, a Petrobrás já reajustou em 50% o diesel, 30% a gasolina e 28% o gás de cozinha em suas refinarias. Os sucessivos reajustes dos combustíveis são resultados do preço de paridade de importação (PPI), adotada pela Petrobrás em 2016, que se baseia nas cotações internacionais da produção de petróleo, sem considerar que o Brasil produz, internamente, cerca de 90% do petróleo que consome.



FOTO: Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

A RETOMADA DA LENHA

Em algumas regiões do país, o botijão de gás de cozinha já está custando 10% do salário mínimo. Famílias de baixa renda têm recorrido a alternativas para o preparo de alimentos, como fogareiros improvisados à base de lenha ou carvão e álcool. Além do perigo de explosão, que já vitimou dezenas de pessoas, o uso do insumo pode provocar problemas cardíacos e respiratórios.



FOTO: Pedro Ventura/Agência Brasil

GESTÃO DO CAOS

Com mais de 14,4 milhões de desempregados, 600 mil mortes registradas em decorrência da covid-19, redução em dois anos da expectativa de vida do brasileiro, crise hídrica com riscos de apagões e o país de volta ao mapa da fome, o Brasil completou mil dias de governo Bolsonaro. No discurso de comemoração, o presidente voltou a questionar a legitimidade das vacinas contra a covid-19.



FOTO: Jorge Araujo/Éfotos Públicas

COMIDA NO PRATO, VACINA NO BRAÇO

No primeiro sábado de outubro, milhares de manifestantes tomaram as ruas de todo o país reivindicando o impeachment de Bolsonaro. As mobilizações, que contaram com o apoio de 14 partidos políticos, além de movimentos sociais e frentes sindicais, também levantaram bandeiras contra a privatização dos Correios e a PEC Nº 32, da Reforma Administrativa.



FOTO: Roberto Parizotto/Foro Nacional

ÓBITO NÃO É ALTA

O plano de saúde Prevent Senior ocultou mortes de pacientes que participaram, sem ciência, de um estudo realizado para testar a eficácia da hidroxicroquina para tratar a covid-19, a partir de acordo feito entre o governo Bolsonaro e a empresa. Médicos alegam coação por parte da empresa para que prescrevessem as medicações do tratamento de forma sistemática.



FOTO: Amanda Perobelli/Reuters

ACELERAÇÃO DAS PRIVATIZAÇÕES

Ministro da Economia, Paulo Guedes afirmou que o plano para os próximos dez anos é acelerar a venda de estatais de maneira irrestrita. Segundo o economista, o governo Bolsonaro já levantou R\$240 milhões com a privatização de pequenas empresas, e lamentou o ritmo desacelerado dos desinvestimentos. Duas das maiores companhias públicas do país, a Petrobrás e o Banco do Brasil, estão na mira da agenda privatista.



FOTO: Fábio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil